

A significação das construções gramaticais

Um exemplo: a relação sujeito-predicado

A par de outras definições, como "conjunto de expressões dotado de um sentido completo", ou "unidade verbal que exprime um pensamento", a oração tem sido descrita em nossas gramáticas como a união de sujeito e predicado.

Como acontece inúmeras vezes no domínio da descrição linguística (e na verdade em todos os domínios da descrição científica), "união de sujeito e predicado" não é uma definição perfeita de "oração"; muitos exemplos poderiam ser lembrados de orações em que a oposição sujeito-predicado não se aplica, como é o caso das orações construídas com verbos impessoais

- (1) Choveu muito.
 - (2) Há muitas plantas neste quintal.
- e outras em que um pensamento completo se diz por meio de uma seqüência de palavras a que a análise sujeito-predicado não parece aplicar-se:
- (3) E o fim da picada.

- (4) Escreveu, não leu, o pau comeu.
- (5) Assim não dá.

Além disso, apesar de sua aparente simplicidade, as noções de sujeito e predicado são bastante difíceis de definir: nos casos claros, o sujeito da oração reúne em si uma série de características de forma e sentido: é uma forma nominal, que precede o verbo e acarreta nele fenômenos de concordância; funciona como expressão referencial, isto é, serve para transformar em objeto de discurso uma pessoa ou objeto da realidade; identifica o assunto da oração, e nomeia quem faz a ação. Nem sempre, porém, essas características aparecem juntas em uma mesma expressão. Decidir qual seja então o sujeito torna-se um problema espinhoso, como em (6) e (7):

- (6) A garantia de sucesso são as promessas do governo.
(O critério da concordância leva a apontar como sujeito "as promessas do governo"; o critério da ordem leva a apontar como sujeito "a garantia de sucesso".)
- (7) Fanático pelo Flamengo é o Pedro Martins.
(O critério da ordem leva a apontar como sujeito "fanático pelo Flamengo"; o critério da referencialidade leva a apontar como sujeito "o Pedro Martins".)

Por tudo isso, ao invés de pensar a oposição sujeito-predicado como uma definição de oração, convém que a pensemos como um estereótipo, um molde: esse molde corresponde de maneira satisfatória ao modo como a maioria das orações são construídas, e os casos em que sua aplicação é problemática não chegam a inutilizá-lo enquanto recurso para visualizar um dos principais processos de montagens de orações.

Feitas essas ressalvas, podemos entrar no assunto do capítulo. Em todos os tempos houve pessoas que não se contentaram em observar que numa oração completa se distinguem habitualmente um sujeito e um predicado, mas que procuraram dar uma resposta à seguinte pergunta:

“O que significa ligar um sujeito e um predicado?”

Essa pergunta, que é tipicamente semântica, recebeu inúmeras respostas. Aqui, examinaremos três delas, historicamente mais importantes.

A ligação sujeito-predicado na gramática e na lógica clássica

A lógica clássica recebeu uma sistematização primorosa na *Logique ou art de penser*, de Arnauld e Lancelot, texto datado do século XVII e mais conhecido como *Logique de Port-Royal*. O mesmo grupo de pesquisa que produziu a *Logique ou art de penser* produziu também uma gramática escolar conhecida como *Grammaire de Port-Royal*, e o contato entre os dois textos é enorme: na realidade, a lógica e a gramática, na perspectiva daqueles autores, cuidam, sob ângulos diferentes, de uma mesma atividade — a atividade de pensar. Para os estudiosos de Port-Royal, as palavras são “sons distintos e articulados de que os homens fizeram sinais para indicar o que se passa em seu espírito”. Não causa estranheza então que as palavras sejam classificadas, conforme correspondem a operações ou aspectos de operações mentais, em nomes, verbos etc. Também não causa estranheza que a maior atenção seja destinada a três classes de palavras — *nome, verbo e conjunção* — que em última análise são tomadas como instrumento ou expressão das três operações lógicas fundamentais: conceber idéias; formular juízos e encadear

juízos em raciocínios, ao passo que quase nada se diz da *preposição* e do *advérbio*, por exemplo.

Para quem, como nós, está interessado em compreender como a lógica clássica entendeu a relação sujeito-predicado, a operação lógica a considerar é a formulação de juízos. De fato, expressar um juízo nada mais é que estabelecer uma conexão entre um sujeito e um predicado (ou atributo, para usar o termo original dos autores), isto é, construir gramaticalmente uma oração.

Port-Royal reconhece que as orações da linguagem corrente são muito diferentes entre si; há, contudo, um tipo que, por assim dizer, exibe mais claramente a estrutura dos juízos; são as orações de predicado “nominal”, como

(8) A terra é redonda.

Nestas, cada um dos termos gramaticais corresponde a um elemento distinto na estrutura abstrata do raciocínio: a *terra* e *redonda* representam duas idéias concebidas em princípio de maneira independente, e o verbo *é* indica que existe entre ambas uma relação de compatibilidade, ou, mais precisamente, que a idéia expressa por *redonda* “convém” à idéia expressa por *terra*.

Todo juízo comportaria, de maneira análoga, duas idéias e uma conexão; mas essa estrutura abstrata é às vezes ocultada, na língua corrente, pelo fato de que os homens, cedendo a razões de brevidade e concisão, condensam em uma só palavra dois ingredientes do juízo, como quando dizemos

(9) Pedro lê.

Essa oração os autores analisariam em três partes, a saber:

(9') *Pedro é leitor*.

Da mesma forma

(10) Sou brasileiro.

se analisaria em

(10') *Eu sou brasileiro*.

Port-Royal aponta o verbo como a palavra mais importante da oração, mas os verbos de "sentido pleno", como chamaríamos hoje aos verbos intransitivos que exprimem ação, são considerados "impuros", no sentido de que incorporaram uma função de expressar idéias que não é essencial; o verbo por excelência em Port-Royal é o verbo de ligação: ele é que expressa, sem sobrecarregar imprópria, o fato de que a segunda idéia (predicado) contém à primeira (sujeito).

Sujeito, predicado e inclusão de classe

É fácil perceber que, no contexto da gramática de Port-Royal, perguntar pelo sentido da relação sujeito-predicado é o mesmo que indagar pelo papel significativo desempenhado pelo verbo de ligação. A palavra-chave da resposta é, obviamente, o verbo "convém". Não há elementos no texto da *Logique* que permitam dar uma definição rigorosa desse termo, mas algumas observações contribuem para aclará-lo em parte. Antes de mais nada é preciso lembrar que os autores de Port-Royal formulam com absoluta clareza a distinção entre *extensão* e *compreensão* de uma idéia — *extensão* são todos os objetos a que uma idéia se aplica; *compreensão* são todas as determinações que a idéia encerra e que não podem ser-lhe retiradas sem destruí-la. Assim, a idéia de vertebrado é inerente ao sentido da palavra *tigre* (compreensão) e todos os tigres se incluem na classe dos vertebrados (extensão). Conforme a extensão do nome-sujeito é considerada em sua totalidade ou não, as proposições são classificadas em *universais* ou *particulares*. É universal, por exemplo,

(11) Todo toxicômano é feliz.
já que considera a idéia expressa por "toxicômano" em sua extensão total; ao contrário, é particular

(12) Alguns políticos são liberais.
já que somente uma parte da extensão de "políticos" é tomada como objeto de predicção.

Se considerarmos a relação sujeito-predicado em termos *extensionais*, ao invés do misterioso verbo "convém", encontraremos em toda oração a expressão de uma relação entre classes: a classe dos toxicômanos, a crer em (11), é uma subclasse da classe das (pessoas) felizes; na terminologia da época, a idéia, expressa pelo sujeito é um "inferior" da idéia expressa pelo predicado. A crer em (12), haveria uma intersecção da classe dos políticos e da classe dos liberais; trata-se em ambos os casos de relações que poderíamos formular sem dificuldade nos termos da teoria matemática dos conjuntos.

À idéia de inclusão de classes, em Port-Royal, reduz-se inclusive a interpretação de frases construídas à base de nomes próprios (e chamadas por isso de "singulares") como

(13) Nero foi imperador.

Dir-se-á, no caso, que "Nero" nomeia uma classe que se inclui na dos imperadores e que, à diferença das que se mencionaram em (12), é uma classe unitária e é tomada em toda a sua extensão.

A relação sujeito-predicado e o raciocínio

Talvez seja o caso de lembrar aqui que a lógica clássica sistematiza raciocínios construídos mediante proposições que afirmam (ou negam) relações entre classes: o exemplo sempre citado a esse respeito é o famigerado raciocínio sobre a mortalidade de Sócrates:

(14) i. Sócrates é homem. (Ou seja, Todo o indivíduo que pertence à extensão de Sócrates é homem.)

- ii. Todo homem é mortal.
iii. Sócrates é mortal.

Tratando-se de sistematizar raciocínios desse tipo, a análise que Port-Royal faz da relação sujeito-predicado é satisfatória (da inclusão de Sócrates na classe dos homens, e da inclusão da classe dos homens na dos mortais *decorre* a inclusão de Sócrates na classe dos mortais); isso explica por que ela conseguiu sustentar-se por tanto tempo e gerar como subproduto uma série de conceitos de que as gramáticas escolares continuam a valer-se.

A oração: análise fregeana

A segunda resposta historicamente importante à pergunta "o que significa ligar um sujeito e um predicado?" toma forma nos escritos do matemático e lógico alemão Gottlob Frege (1848-1925), uma figura pouco conhecida entre nós, mas que está associada a alguns dos principais desenvolvimentos da semântica moderna, a tal ponto que suas idéias terão que ser discutidas, obrigatoriamente, nos capítulos sobre negação e pressuposição.

Sujeito e verbo; predicado e argumentos

O enfoque de Frege se afasta, mais do que o de Port-Royal, da estrutura gramatical das orações. Vimos que Port-Royal propunha para a relação sujeito-predicado uma interpretação que se afastava ocasionalmente da forma visível da oração (lembre-se a análise dos verbos intransitivos em verbo de ligação mais nome, que transformava "Pedro lê" em "Pedro é leitor"). Em Frege, os desrespeitos à estrutura gramatical são mais frequentes e mais radicais; na realidade, mostram que para esse autor as orações

têm uma estrutura semântica própria, em grande parte autônoma com respeito à estrutura gramatical. Toda a reflexão de Frege diz respeito a essa estrutura semântica, não às estruturas gramaticais tradicionais. Não admira assim que Frege chegue a uma análise da oração bastante diferente da de Port-Royal, e bastante afastada das maneiras correntes de encarar a oração.

Para entender o que há de inovador na reflexão de Frege, comecemos por comparar as orações (15) e (16):

(15) Pedro perde a mala.

(16) Qualquer passageiro da Varig perde a mala.

Numa perspectiva estritamente gramatical não há diferença entre essas duas orações: o esquema sujeito-predicado vale para ambas, embora a primeira tenha por sujeito um nome próprio, e a segunda, uma expressão complexa, cujo núcleo é o substantivo comum "passageiro". Ainda assim, do ponto de vista semântico, as duas orações são profundamente diferentes. A diferença aparece quando essas frases são tomadas como parte de uma frase mais longa, por exemplo, "Se . . . , a Varig o indeniza", como em (17) e (18):

(17) Se Pedro perde a mala, a Varig o indeniza.

= (15)

(18) Se qualquer passageiro da Varig perde a mala,

= (16)

a Varig o indeniza.

A velha tese de que os pronomes são "expressões que substituem o nome para evitar repetições enfadonhas" aplica-se em (17), mas entra em crise se for aplicada a (18). De fato, (17) é equivalente a

(19) Se Pedro perde a mala, a Varig indeniza Pedro.

mas (18) não é equivalente a

(20) Se qualquer passageiro da Varig perde a mala, a Varig indeniza qualquer passageiro da Varig.

A expressão *qualquer* contida no sujeito gramatical de (18) exprime uma generalização que diz respeito aos passageiros da Varig e que poderia ser explicada assim: é preciso imaginar tantos casos quantos são os passageiros da Varig; dentre estes, um certo número perde a mala, e a frase (18) como um todo afirma que a cada episódio de perda se segue a indenização correspondente ou, dito de outra maneira, que para todo e qualquer passageiro da Varig que consideremos, se ele perde a mala, ele mesmo recebe indenização. Se esta análise é correta, como parece ser, a estrutura semântica de (18) é, em esquema, algo como (21):

(21) Para qualquer passageiro da Varig, x, se x perde a mala, então a Varig indeniza x.

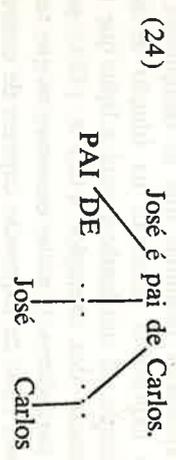
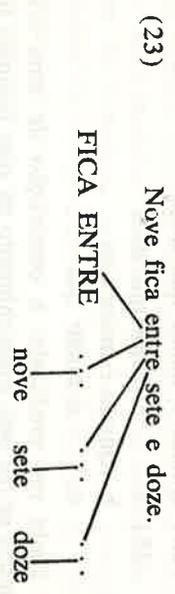
No esquema (21) declara-se aplicável a todos os passageiros da Varig uma espécie de "lei" ou "regra", na realidade uma relação de condição, a saber (22):

(22) Se . . . perde a mala, então a Varig indeniza . . . interpretada de maneira tal que as reticências se reflitam, em cada episódio, ao mesmo indivíduo.

Além disso, para compreender essa operação de generalização, torna-se indispensável imaginar que as reticências sejam preenchidas sucessivamente por todos os passageiros da Varig, ou seja, as posições sintáticas correspondentes às reticências são sujeitas à variação, e a expressão *qualquer* recapitula o que se pôde observar no desenrolar-se dessa variação.

Para explicar a interpretação de expressões como *qualquer* (e também *todos*, *algum*, *nenhum*, e outras), em suma, é indispensável imaginar que determinadas posições de uma oração são sujeitas a variação. As posições sujeitas a variação são antes de mais nada todas as posições de sintagma nominal que acompanham o verbo, sem privilégio para nenhuma delas; chega-se assim a visualizar

a estrutura da oração como contendo uma expressão de caráter predicativo, mais um número especificado de posições apropriadas para serem preenchidas com nomes de pessoas ou objetos, conforme se pode visualizar nas representações (23), (24) e (25):



Vimos que a oração típica de Port-Royal tirava sua coesão da presença de um verbo de ligação estrategicamente localizado entre dois nomes. Em Frege, a coesão resulta do fato de que ela contém uma expressão (como "... fica entre . . . e . . .", "... é pai de . . ." ou "... é romano") que, embora sendo incompleta, ou precisamente por ser incompleta, sugere preenchimento e antecipa desse modo a forma da oração acabada. A tradição fregeana reservou a essas expressões a denominação de *predicados*. É próprio dos predicados ter a forma de ora-

ções gramaticalmente perfeitas, mas com lacunas. Na verdade, construímos predicados a partir de orações toda vez que esvaziamos uma ou mais de suas posições nominais; por esse processo, passa-se, por exemplo, da oração (26) aos três predicados (26a), (26b) e (26c):

(26) Quinze é maior que doze.

(26) a. ... é maior que doze.
b. Quinze é maior que ...
c. ... é maior que ...

Dado um predicado, a construção de uma oração completa se faz pelo preenchimento de suas lacunas: trata-se de suprir expressões nominais que as completem, ou seja, de utilizar expressões nominais na função de *argumentos* do predicado. É útil lembrar aqui a lição que tiramos da comparação dos exemplos (15) e (16): nossa discussão sobre perdedores de malas ensinou-nos que temos que distinguir dois tipos de expressão capazes de conectar-se com um predicado: há, de um lado, expressões como *nove, sete, doze, José, Carlos, Cícero e Pedro*: elas identificam indivíduos, singularizam-nos, tornando-os simultaneamente assunto do nosso discurso. São por isso chamadas de *termos singulares* ou *expressões referenciais*; há, por outro lado, expressões como *todos os passageiros da Varig, nenhum membro do Congresso, qualquer número par, algum orador célebre*: pela presença de pronomes indefinidos que exprimem uma vaga idéia de quantidade, essas expressões têm sido chamadas *expressões quantitativas*. Tanto as expressões referenciais quanto as expressões quantitativas são sintaticamente apropriadas para preencher as lacunas de um predicado dando origem a orações completas. Mas é bom que tenhamos em mente sua distinção ao recolocar e responder à pergunta que fizemos no início do capítulo: "O que significa conectar um sujeito e um predicado?"

Dois tipos de argumentos

É claro que na semântica de ascendência fregeana o termo "predicado" tem um sentido diferente do que tem na tradição gramatical; é claro também que a pergunta que fizemos no início deste capítulo precisa ser formulada de outra maneira, a saber, "que efeitos semânticos resultam de completar por meio de expressões nominais as lacunas de um predicado?". Há necessidade de duas respostas distintas, conforme o completamente da lacuna se faz por meio de um termo singular ou de uma expressão quantitativa. Consideremos primeiro o caso de termos singulares.

Numa semântica fregeana entende-se que os termos singulares designam objetos, e os predicados com uma lacuna designam conjuntos de objetos. Ligar um termo singular com um predicado de uma lacuna é formular a suposição de que o objeto designado pelo primeiro pertence ao conjunto designado pelo segundo. O caso dos predicados com duas ou mais lacunas explica-se como uma extensão deste (ver, na Bibliografia, as indicações sobre o manual de Allwood e colaboradores).

O preenchimento das lacunas de um predicado tem efeitos semânticos mais sutis quando os argumentos são expressões quantitativas. É que, como sugere toda a discussão desenvolvida atrás, as expressões quantitativas não são tomadas como nomes de objetos aos quais os predicados dizem respeito, mas são elas próprias expressões que dizem respeito aos predicados, precisando os limites da aplicação destes. Relembre-se a célebre frase

(14) Todo homem é mortal.

Na perspectiva do que vimos antes, precisa ser entendida como afirmando que o predicado "... é mortal" se aplica indistintamente a todos os homens. Nessa perspectiva, utilizar na oração expressões quantitativas é de algum

modo "predicar a respeito de predicados". Não admira que a quantificação fosse descrita por Frege como uma "predicação de segundo grau".

Há ainda dois aspectos do preenchimento de predicados por expressões nominais que convém lembrar, mesmo numa exposição rápida como a nossa. O primeiro pode ser descrito como segue: toda vez que ligamos um argumento a um predicado de várias lacunas, preenchendo uma delas, o resultado é um novo predicado, com uma lacuna a menos. Isso tem conseqüências notáveis em certos casos de preenchimento por duas ou mais expressões quantitativas. Por exemplo, a partir do predicado

(27) ESTAR EM (ou seja: "... está em ...")
e das expressões quantitativas *toda pessoa* e *algum lugar* podem-se construir estes predicados distintos, de um só lugar:

(28) Toda pessoa é tal que está em ...

(29) Algum lugar é tal que ... está lá.

chegando-se através deles às orações (30) e (31):

(30) Algum lugar é tal que toda pessoa é tal que está lá.

(31) Toda pessoa é tal que algum lugar é tal que ela está lá.

Essas orações estranhas mas compreensíveis "exibem", por assim dizer, ostensivamente, a interpretação das frases mais correntes.

(32) Toda pessoa está em algum lugar.

e

(33) Há algum lugar em que todas as pessoas estão. Trata-se de interpretações construídas com os mesmos ingredientes, mas obviamente distintas. No próximo capítulo, fenômenos análogos serão explicados através da noção de *escopo*, que será então explicitada.

O segundo aspecto a lembrar é que na tradição fre-

geana, ao completar todas as lacunas de um predicado logramos expressar um *pensamento*, isto é, um conteúdo que poderá revelar-se verdadeiro ou falso no confronto com os fatos. Ao passo que os predicados são entidades indefinidas do ponto de vista da verdade, toda oração acabada apresenta duas dimensões: o *valor de verdade* (o fato de ela ser verdadeira, ou falsa, nas circunstâncias) e as *condições de verdade* (as exigências que os fatos precisam satisfazer para que a oração seja declarada verdadeira). A pesquisa do sentido como busca das condições de verdade das orações é uma das linhas mestras de toda semântica fregeana.

Sujeito superficial e casos profundos

Os dois tipos de análise apontados não são capazes de mostrar as relações que intuitivamente podemos estabelecer entre as seguintes orações:

(34) Ontem, Pedro abriu a porta com esta chave.

(35) Ontem, a chave abriu a porta.

(36) Ontem, a porta abriu.

(37) Ontem, a porta abriu-se.

(38) Ontem, a porta abriu com esta chave.

Assim, do ponto de vista da gramática tradicional (inspirada em Port-Royal), a expressão *porta* é objeto direto na oração (34) e (35) e sujeito nas orações (36), (37) e (38). Na orientação que se origina em Frege, se faz corresponder ao verbo *abrir* um predicado de três argumentos em (34), de dois argumentos em (35) e (38) e de um argumento em (36) e (37) e não há nenhuma maneira simples de relacionar esses cinco predicados e as funções que cada um dos argumentos exerce junto a eles.

Uma terceira posição, na análise de expressões complexas de tipo oracional relativamente à relação entre sujeito e predicado, é assumida pela chamada "gramática de casos". Por "gramática de casos" entende-se mais propriamente uma orientação da linguística gerativa derivada dos trabalhos de Charles Fillmore, cujas motivações e cujo arcabouço conceptual são bastante complexos. Aqui, usaremos, porém, a denominação "gramática de casos" de maneira inexacta e abrangente, para fazer referência não só a Fillmore, mas também a outras orientações que valorizaram intuições semelhantes às dele, em particular a "teoria das valências" do francês Lucien Tesnière e a "teoria da transitividade" do britânico M. A. K. Halliday. Para todos esses autores, as orações de (34) a (38) não são orações independentes e sem relação; Fillmore e Halliday declararam explicitamente que o predicado dessas cinco orações é o mesmo; além disso, eles propõem uma análise que atribui a *porta* o mesmo papel de "coisa que sofreu a ação de abrir"; a *chave* o mesmo papel de "instrumento utilizado na ação de abrir a porta"; e a *Pedro* o mesmo papel de agente que pratica a ação. O fato de as palavras *chave* e *porta* serem sujeito gramatical em (35), (36), (37) e (38) não implica que elas se tornem o agente da ação. Na verdade, em (35) a (38) o agente não está expresso.

A descrição de ações

A idéia central da "gramática de casos" é que subjacentes às orações da forma sujeito-predicado estão esquemas semânticos compostos por um verbo e um número determinado de expressões nominais, a cada uma das quais corresponde um determinado "papel" ou "caso". Conforme Halliday, "usamos a linguagem para representar

nossa experiência dos processos, pessoas, objetos, abstrações, qualidades, estados e relações existentes no mundo exterior e interior". A construção de uma expressão complexa de tipo oracional é uma forma de o falante reelaborar sua experiência na forma de "pequenas cenas", sendo os ingredientes de cada uma delas fundamentalmente três: um *processo*, *participantes* e *circunstâncias*.

Nesse sentido, os exemplos de (34) a (38) são diferentes formas de representação de uma mesma "pequena cena" cujo processo é *abrir*, cujos participantes são *Pedro*, *a porta* e *a chave*, e em que há uma circunstância de tempo expressa por *ontem*.

Grosso modo, os três papéis fundamentais correspondem às três classes principais de palavras: *verbo* (ou locução verbal); *substantivo* (ou locução nominal) e *advérbio* (ou locução adverbial). Na reelaboração linguística das nossas experiências relativas às "pequenas cenas" em que recortamos o real, os objetos participantes dos processos assumem normalmente os papéis de:

- *ator* (o participante, em geral animado e capaz de iniciativa, que desencadeia o processo; *Pedro*, no nosso exemplo (34));
- *objetivo* (o participante, animado ou não, que resulta do processo ou é por ele diretamente afetado; nos nossos exemplos, *a porta*);
- *beneficiário* (o participante, em geral animado, que é beneficiado ou prejudicado pelo processo; na oração "Pedro deu uma gravata a João", *João* é o beneficiário);
- *instrumental* (o participante da pequena cena descrita pela oração de que se serve o ator para a realização do processo; nos exemplos, *a chave*).

A expressão de processos mentais e relacionais

Até aqui, detivemo-nos em "pequenas cenas" relativas a ações. Nossa experiência, no entanto, não é apenas relativa a ações; o homem também experimenta sentimentos, classifica fenômenos e é capaz de referir-se ao próprio ato de falar sobre suas experiências. Assim, os processos sendo diferenciados, exigem a adaptação dos papéis que os participantes podem exercer. Há no mínimo mais dois outros tipos de processos que experienciamos: os processos mentais e os processos relacionais. As orações de *processos mentais* expressam o que se poderia chamar uma experiência pela qual um fenômeno invade a consciência do *processador*. Assim em

(39) João gosta de Virgínia.

não se pode dizer que *João* seja o ator e *Virgínia* o objetivo ou beneficiário de *gostar*. O modo como João intervem no processo descrito é como "experenciador" de um sentimento de que *Virgínia* é o "motivo". Que o experenciador não é um ator vê-se pelo fato de que (40) é uma frase "estranha", praticamente impossível de interpretar:

(40) O que João faz é gostar de Virgínia.

enquanto é possível dizer

(41) O que Pedro fez foi abrir a porta com esta chave.

Evidentemente, pode-se subclassificar as orações de processos mentais sob vários aspectos. Considerando o que expressam, podemos ter, entre outros, os processos

a) *perceptivos*

(42) João enxergou o balão cair.

b) *de reação*

(43) O presente agradou ao aniversariante.

c) *cognitivos*

(44) Maria acredita em fantasmas.

Outra forma de classificar as orações de processos mentais é considerá-las pelo ângulo do fenômeno percebido, a que se reage, em que se acredita etc. Desse ponto de vista, se poderá distinguir

(45) Pedro ouviu o que Maria estava falando.

(46) Pedro ouviu que Maria estava falando.

em que ora é um objeto que provoca a experiência processada, ora é um fato.

Uma característica da língua portuguesa relativamente às orações de processos mentais é que muitas vezes tais orações não podem ser expressas em estruturas passivas, ainda que os verbos sejam tradicionalmente classificados como transitivos diretos. Ou seja, são estranhas orações como

(47) O balão cair foi enxergado por João.

(48) José foi enxergado por Pedro.

(49) Água é querida por João.

Nas orações relativas a *processos relacionais*, também é impossível pensar no sujeito como ator, ou mesmo como experenciador. Nesse tipo de orações, na verdade, simplesmente relacionamos dois papéis:

(50) João é um analfabeto.

(51) João é o professor de gramática.

No primeiro exemplo temos uma oração em que se caracteriza João como pertencente à classe dos analfabetos; no segundo exemplo, a expressão "o professor de gramática" serve para identificar João.

Dois características de tais tipos de orações: os verbos simplesmente estabelecem a relação, e os papéis é que são substancialmente significativos. De outro lado, apenas as orações relacionais do segundo tipo permitem a inversão entre os dois papéis exercidos pelas expressões nominais. Assim teríamos

- (51') O professor de gramática é João.
mas não teríamos, no mesmo sentido de (50), a oração
(50') Um analfabeto é João.

Gramática dos papéis de participação

Como se pôde notar, são as orações relativas ao recorte de "pequenas cenas" de ações que oferecem maior maleabilidade estrutural: qualquer dos participantes pode assumir a função de sujeito da oração. Parece haver, porém, uma hierarquia entre os papéis que superficialmente aparecem como sujeito. Retomemos nossas orações de (34) a (38):

(34) Ontem, Pedro abriu a porta com esta chave. Quando o *ator* é expresso, este é o sujeito; na ausência de *ator* expresso, tanto o caso *objetivo* quanto o *instrumental* podem assumir a função de sujeito, como se pode notar em (35) e em (38):

(35) Ontem, a chave abriu a porta.

(38) Ontem, a porta abriu com esta chave.

Quando o *instrumental* também não é expresso, o *objetivo* pode assumir a função de sujeito, como em (36) e (37). Com exceção da *circunstância* (nos nossos exemplos, *ontem*), todos os papéis participantes, se não estiver expresso o *ator*, podem assumir a função de sujeito, sem que haja hierarquia entre eles.

Um dos méritos da "gramática de casos" é que, ao operar com papéis profundos, consegue explicitar relações entre diferentes verbos. Comparem-se as orações

(52) Pedro vendeu a casa a José por um conto de réis.

(53) José comprou a casa de Pedro por um conto de réis.

(54) Pedro cobrou um conto de réis de José pela casa.

(55) José pagou um conto de réis a Pedro pela casa.
É difícil recusar que todas essas orações poderiam ser tomadas como descrições ou relatos de um único acontecimento. Por conseguinte, é difícil recusar que em todas essas frases se descreve Pedro como *origem* de uma propriedade imóvel cujo *destinatário* é José ao mesmo tempo que se fala de uma soma de dinheiro cuja origem é José e cujo destinatário é Pedro; a gramática de casos dá conta de tudo isso atribuindo os mesmos papéis profundos nas diversas orações a *Pedro, casa, José e conto de réis*. Entretanto, se considerarmos as estruturas gramaticais superficiais das quatro orações, veremos que são bastante diferentes entre si: há em todas as orações um sujeito, um objeto direto, um objeto indireto e um adjunto, introduzido por *por*; mas as palavras que desempenham essas funções sintáticas não são nunca as mesmas:

	Sujeito	Objeto direto	Objeto indireto	Adjunto
(52')	Pedro	a casa	José	um conto de réis
(53')	José	a casa	Pedro	um conto de réis
(54')	Pedro	um conto de réis	José	a casa
(55')	José	um conto de réis	Pedro	a casa

Operações semânticas sobre construções

Um exemplo: a negação e o advérbio

A mais importante ligação a tirar da análise da relação sujeito-predicado é que, para compreender o sentido de relações gramaticais dotadas de alguma complexidade, temos obrigatoriamente que ir além dos dados, supondo (ou explicitando) esquemas abstratos subjacentes aos mesmos. Uma outra consideração é que vários esquemas subjacentes não esclarecem os mesmos aspectos dos “dados”: há características das frases que se explicam de maneira mais convincente pela hipótese de que a oração é um predicado acompanhado de vários argumentos; há outras para as quais a hipótese de “pequenas cenas” é mais apropriada. A mesma “moral da história” emerge na discussão de dois outros fenômenos gramaticais que serão assunto desta seção: a negação e a “modificação do verbo pelo advérbio”.

A negação segundo a gramática

O que significa negar? Que efeito tem, para o sentido da oração, a presença de palavras como não ou

nunca? A gramática tradicional classifica essas palavras como advérbios de negação, e pela definição geral de advérbio leva-nos a pensar que “modificam o verbo”. É uma hipótese aparentemente correta, cujas raízes devem ser buscadas na orientação gramatical, cujas idéias sobre a relação sujeito-predicado já foram discutidas. Viu-se que segundo essa orientação a oração a ser tomada como padrão para todas as demais era composta de Nome + Verbo de Ligação + Nome, como no exemplo

(1) As cobras são venenosas.

e que nesse esquema o verbo expressava uma inclusão de classes (“a classe das cobras inclui-se na classe dos animais venenosos”). “Modificar o verbo pela negação” significa, nesse contexto, excluir que haja compatibilidade entre o sujeito e o predicado. Por exemplo,

(2) As cobras não são venenosas.

significaria que as idéias de “cobra” e de “animal venenoso” são incompatíveis; ou, ainda, que entre o conjunto das cobras e o conjunto dos animais venenosos não há qualquer intersecção.

Quando se esquece que o verbo por excelência da gramática clássica é o de ligação e que sua função é indicar compatibilidade, a afirmação de que o advérbio de negação “modifica o verbo” acaba sendo entendida de maneira distorcida ou — como acontece nas gramáticas escolares — acaba não sendo compreendida de maneira alguma. Mas, mesmo quando recolocada em seu contexto próprio, a afirmação de que o advérbio de negação modifica o verbo é problemática. Tomemos o exemplo (3):

(3) Todos os senadores não são favoráveis à nova lei.

Há duas interpretações possíveis para essa oração: na primeira, vale a paráfrase (4); na segunda valem as paráfrases (5) e (6):

- (4) Todos os senadores são desfavoráveis à nova lei.
 (5) Os senadores não são todos favoráveis à nova lei.
 (6) Nem todos os senadores são favoráveis à nova lei.

A hipótese de que a negação indica que há incompatibilidade entre o sujeito e o predicado permite justificar a primeira das duas interpretações, isto é, a interpretação segundo a qual todos os senadores se opõem à nova lei; explicar a segunda interpretação aparece, ao contrário, como um problema sem solução, aliás um problema suficientemente grave para induzir ao abandono da própria explicação clássica.

A negação e a relação predicado-argumentos

Para superar o impasse que ficou caracterizado a propósito das frases (3), (4), (5) e (6) é preciso, antes de mais nada, abandonar a idéia de que a negação só modifica o verbo. Na verdade, as expressões negativas são mais numerosas do que sugere a gramática tradicional, e o advérbio *não* é, entre todas, uma das menos confiáveis, pelos equívocos a que dá margem.

Começemos por observar que as línguas colocam à nossa disposição desde *prefixos negativos*, como *in-*, *anti-*, *a-*, *des-*, exemplificados em

- (7) Ele é infeliz; este é um fenômeno atípico; as duas superfícies são desiguais; temos adotado um comportamento antipatriótico;

até variantes do advérbio *não*:

- (8) não muito / nem sempre / nem muito
 nem um / nenhum

e fórmulas negativas feitas para servir de moldura a frases inteiras:

- (9) Não é verdade que... / Não acontece que...
 Ex.: Não é verdade que Colombo visitou a Índia.

Para compreender (4) e (6) é preferível que tomemos como paradigma de todas as negações a expressão "Não é verdade que..." ou "Não se dá o caso que...", entendendo que o espaço das reticências precisa ser preenchido por uma oração de sentido completo. Assim, alguns dos exemplos já propostos seriam reformulados como segue:

- (4') Não é verdade que todos os senadores são favoráveis à nova lei.

- (7') Não é verdade que ele é feliz; não é verdade que este é um fenômeno típico; não é verdade que as duas superfícies são iguais; não é verdade que temos adotado um comportamento patriótico.

(Em muitos casos, porém, as paráfrases obtidas por esse método deixam a desejar, por exemplo, quem é desfavorável a alguma causa luta mais fortemente contra ela do que quem não é favorável.)

Em segundo lugar, convém que nos convençamos de que a negação se aplica a outras expressões da oração que não o verbo. Observemos estes diálogos:

- (10) A: Se os pais são diabéticos, os filhos também são?
 B: Não necessariamente.

- (11) A: Napoleão tinha somente dois irmãos?
 B: Não.

- (12) A: Os militares eram favoráveis à deposição do presidente?
 B: Nem todos.

O que se nega nesses exemplos não é que os filhos de diabéticos sejam diabéticos, que Napoleão tivesse dois irmãos ou que os militares fossem favoráveis à deposição do presidente: nega-se que os filhos de diabéticos sejam

necessariamente diabéticos, que Napoleão tivesse somente dois irmãos, ou que a disposição para derrubar o presidente fosse *unânime* entre os militares. A negação incide, em suma, sobre a idéia de necessidade expressa por *necessariamente*, sobre a restrição expressa por *só* e sobre a idéia de totalidade expressa por *todos*.

Para propor uma explicação da ambigüidade da oração (3), procuraremos tirar proveito da idéia de que a negação pode incidir sobre expressões de quantidade, e mais geralmente que a negação e as palavras que exprimem generalidade podem interagir. No capítulo anterior mostrou-se que é possível criar predicados (ver Sujeito e verbo; predicado e argumentos) esvaziando na oração certas posições nominais e imaginando maneiras alternativas de preencher as lacunas assim obtidas. Falamos também da possibilidade de construir afirmações que exprimem generalizações sobre esses predicados.

Pois bem: no modelo que analisa as orações da língua como o preenchimento de um predicado com um número determinado de argumentos por um igual número de expressões referenciais é possível não só generalizar sobre predicados, mas também negá-los; as duas operações podem, aliás, ser aplicadas sobre um mesmo predicado, com a alternativa de evocar primeiro a generalização para depois negá-la, ou de negar primeiro e depois generalizar. Conforme se adota uma ou outra alternativa, a frase obtida expressará a negação de uma generalização, como em (13), ou a generalização de uma negação, como em (14):

- (13) a. Vale de toda menina que (. . . corre).
 ele
 (= todo menino corre)
 b. Não é verdade que (vale de toda menina
 que (. . . corre)).
 ele

- (14) a. Não é verdade que (. . . corre).
 b. Vale de toda menina que (não é verdade
 que (. . . corre)).
 ele

Pela distinção que acabamos de fazer entre “generalizar uma negação” e “negar uma generalização” explica-se a ambigüidade de nossa oração

- (3) Todos os senadores não são favoráveis à nova lei.

Utilizando as maneiras de expressar-nos que nos serviram à construção de (13) e (14), (3) precisaria ser traduzida de duas maneiras diferentes:

- (3') Não é verdade que (vale para todo senador que (ele é favorável à nova lei)). = (6) Nem todos os senadores são favoráveis à nova lei.
 (3'') Vale de todo senador que (não é verdade que (ele é favorável à nova lei)). = (4) Todos os senadores são desfavoráveis à nova lei.

Observando essas duas traduções fica evidente que os “ingredientes” que intervêm na formulação de ambas são exatamente os mesmos, variando somente a *ordem* em que foram usados. Os semantistas costumam usar essas diferenças de ordem para ilustrar diferenças de escopo da negação, isto é, diferenças quanto aos conteúdos que a negação afeta, dada a maneira como se insere na construção do sentido global da oração. Quando interpretamos (3) como (6), a negação tem escopo mais amplo que a generalização; quando interpretamos (3) como (4), a generalização tem escopo mais amplo que a negação.

Na semântica das construções complexas, a noção de escopo, definida como “conjunto de conteúdos semânticos sobre os quais uma operação significativa atua”, é extremamente importante.

É possível explicar como diferenças de escopo uma série de diferenças entre frases, como (15) e (16), que

repetem sob esse ponto de vista os exemplos (32) e (33) do primeiro capítulo:

- (15) a. Todos os homens leram alguns livros.
b. Alguns livros foram lidos por todos os homens.

(16) a. Alguns ex-alunos têm visitado o professor aposentado.

- b. O professor aposentado tem sido visitado por alguns ex-alunos.

ou como (17), onde as alternativas de escopo dizem respeito à interação da negação com o advérbio *necessariamente*:

- (17) a. Os mudos não são surdos necessariamente.
b. Os mudos não são surdos, necessariamente.

Também é possível explicar pela noção de escopo a dupla interpretação de certas orações ambíguas:

- (18) A luzinha se acende se acaba a gasolina ou há um defeito na parte elétrica.

a. A falta de gasolina ou um defeito na parte elétrica faz com que a luz se acenda.

- b. A falta de gasolina faz com que a luz se acenda, exceto se houver um defeito na parte elétrica.

(19) Ele não trabalha como professor porque precisa de dinheiro.

a. Não trabalha como professor, e isso porque precisa de dinheiro.

- b. Trabalha como professor, mas não é porque precisa de dinheiro.

Negação e unidades informativas

A noção de escopo ajuda-nos a compreender a negação como uma operação significativa que não afeta ne-

cessariamente todos os conteúdos da oração em que ocorre; munidos dessa noção, analisaremos a seguir o exemplo (20):

(20) Pedro não apresentou José a Maria.

(20) é um exemplo muito banal de oração negativa — não só porque não comporta nem coordenação de orações nem subordinação, mas também porque não lança mão de palavras de difícil interpretação como *todos*, *quase* ou *necessariamente*. Entretanto (20) exemplifica um fato bastante comum na interpretação das orações do português: o fato de que os conteúdos afetados pela negação são exatamente os mesmos que apresentamos como dotados de maior impacto informativo. Para esclarecer essa afirmação, comecemos por explicar o que entendemos por “*impacto informativo*”.

As expressões que compõem orações usadas na comunicação efetiva não são igualmente importantes para dinamizar a comunicação entre os falantes. Algumas apresentam conteúdos que estavam presentes de antemão na mente dos interlocutores, independentemente do que se fala; outras são apresentadas ao ouvinte como veiculando informações novas, de que ele não dispunha antes que o locutor as transmitisse pela fala. A distinção entre “*previamente conhecido*” e “*novos*” é particularmente sensível em seqüências de discurso que se compõem de uma pergunta e uma resposta, como, por exemplo, este hipotético minidiálogo entre os locutores A e B:

(21) A: O que trouxe, desta vez, o carteiro?

B: Desta vez, o carteiro trouxe *uma encomenda*.

Fica claro que no contexto criado pela pergunta de A a idéia de que o carteiro trouxe algo é compartilhada pelos dois interlocutores; ao contrário, a idéia de que esse algo é uma encomenda aparece como nova — alguma coisa de

que se fica sabendo, precisamente por efeito do diálogo. Várias terminologias têm sido propostas para separar em (21) B o segmento que contém informações compartilhadas e o segmento que comporta informações novas. Aqui, chamaremos o primeiro de *tema* e o segundo de *rema*.

Na linguagem falada, a entoação, as pausas, a localização dos acentos de frase são pistas importantíssimas que nos ajudam a segmentar as orações em tema e rema; uma outra pista importante é a ordem das palavras. Assim, a resposta do diálogo (21) não poderia ser dada com ênfase em o *carreiro*: (22) é um diálogo estranho:

- (22) A: O que trouxe, desta vez, o carteiro?
B: Desta vez, o *carreiro* trouxe uma encomenda.

Um teste geralmente confiável para distinguir o tema e o rema da oração consiste em formular paráfrases na forma de equações por meio da fórmula

- (23) Quem foi...
o que era...
etc.

Assim, à pergunta

(24) A. O que trouxe, desta vez, o carteiro?
correspondem as respostas (24) B e (24) C:

- (24) B. Desta vez, o carteiro trouxe *uma encomenda*.
C. Desta vez, o que o carteiro trouxe foi *uma encomenda*.

À pergunta (25) A correspondem as respostas (25) B e (25) C:

- (25) A. O que fez, desta vez, o carteiro?
B. Desta vez, o carteiro *trouxe uma encomenda*.
C. Desta vez, o que o carteiro fez foi *trazer uma encomenda*.

As orações "equacionais" que acabamos de construir, (24) C e (25) C, separaram de maneira inconfundível o tema e o rema da oração; tudo aquilo que vem antes do verbo de ligação pertence ao tema; tudo aquilo que vem depois pertence ao rema. Além disso, as paráfrases equacionais construídas com base no esquema (23) apresentaram uma peculiaridade para a qual convém que o leitor atente: há sempre duas maneiras de negá-las, conforme a negação se aplique ao verbo de ligação ou ao verbo da oração relativa: daí a distinção entre

- (26) Desta vez, o que o carteiro trouxe *não foi* uma encomenda.

e

- (27) Desta vez, o que o carteiro *não trouxe* foi uma encomenda.

Temos aqui, indiscutivelmente, dois escopos diferentes da negação: ora ela atinge todo o rema (*uma encomenda*), ora ela afeta o verbo da oração subordinada, que está por sua vez fora do rema; nesse caso o verbo e a negação fazem parte do tema. As orações equacionais (26) e (27) correspondem, entretanto, a uma única oração (da língua escrita), a saber,

- (28) Desta vez, o carteiro não trouxe uma encomenda.

Disso se conclui que (28) admite duas interpretações diferentes conforme o advérbio de negação que precede o verbo tem por escopo:

- (a) o verbo *trouxe* e nada mais;
(b) todo o rema (*uma encomenda*).

Em português, não é possível negar qualquer "pedaço" do tema que não seja o verbo; e não é possível negar somente uma parte do rema, é sempre necessário negá-lo como um todo.

Ao cabo dessa discussão, podemos voltar à oração dada no início,

(20) Pedro não apresentou José a Maria. com a suspeita fundada de que a negação deverá interpretar-se de várias maneiras, entre as quais:

- (20) a. A pessoa a quem Pedro apresentou José não foi Maria.
 b. A pessoa a quem Pedro não apresentou José foi Maria.
 c. As pessoas que Pedro apresentou não foram José e Maria.
 d. As pessoas que Pedro não apresentou foram José e Maria.

etc.

Em cada um desses casos, não é só o escopo da negação que muda; muda também o segmento que é reconhecido como remático, e a escolha do segmento remático repercute na escolha do segmento sobre o qual incide a negação.

Advérbio

Muitos problemas subsistem no tocante à negação, mesmo depois que o estudioso da língua lança mão da noção de escopo. Ao invés de prosseguirmos na análise desses problemas consideraremos outro fenômeno em que a noção de escopo contribui de alguma forma para a explicação dos dados. Trata-se da "modificação" da oração pelo advérbio, e da possibilidade que o advérbio oferece de retomar as orações vendo-as como expressões completas não só em relação aos seus constituintes internos, mas também em relação ao próprio processo de sua produção, o que chamaremos aqui de *enuñciação*.

Note-se a diferença entre (29) e (30):

- (29) Somente João foi ao cinema.
 (30) Felizmente João foi ao cinema.

No primeiro exemplo, *somente* incide sobre o conteúdo da oração, expressando "exclusão": exclui-se que qualquer outro indivíduo além de João tenha ido ao cinema. Em (30) o advérbio *felizmente* não incide sobre o conteúdo da oração, num suposto sentido de que "João foi ao cinema de modo feliz", mas expressa a opinião, a atitude daquele que fala (30) a propósito da ida de João ao cinema.

Os dois exemplos, embora superficialmente iguais, mostram que o estudo das expressões complexas não pode restringir-se aos constituintes explícitos das orações. Há elementos, como *felizmente* em (30), cujo escopo nos leva, por assim dizer, para fora da oração, apontando para a instância que produz o discurso. Nesse sentido se poderia dizer que (30) significa "eu estou feliz por poder informar que João foi ao cinema": nessa paráfrase, *felizmente* se transformou no adjetivo *feliz*, que predica o sujeito enunciadador da frase (30).

Dados os diferentes escopos dos advérbios, podemos classificá-los em *advérbios de frase* (incidem sobre o conteúdo da oração; em termos da gramática de casos, introduzem circunstâncias relativas às "pequenas cenas" descritas pela oração) e *advérbios de enunciação* (não servem para tornar mais explícitas as "pequenas cenas", mas veiculam opiniões, atitudes que o locutor assume a respeito das mesmas, ou a respeito do fato de falar delas).

Um exemplo de advérbio de enunciação que se refere ao modo como o conteúdo falado deve ser tomado pelo interlocutor é *cá entre nós* em

- (31) *Cá entre nós*, José é um chato.

A expressão *cá entre nós* refere-se ao processo de interlocução (não acrescenta uma circunstância de lugar a respeito de onde José é um chato). A informação veiculada pela oração é assim qualificada como uma informação confidencial, que não deve ser passada adiante.

Consideremos, por fim, um exemplo em que o advérbio é ambíguo quanto à sua classificação:

(32) Em português claro, José deu para trás. em que podemos ter dois significados:

(32) a. José informou sua desistência em português claro (advérbio de frase);

b. Em português claro, eu informo a desistência de José (advérbio de enunciação).

Tanto no tocante à negação, quanto no tocante aos advérbios, a noção de escopo nos parece útil para buscar respostas a inúmeras perguntas que ficam em aberto. Esperamos ter convencido o leitor de que as respostas devem ser buscadas pelo aprofundamento da orientação geral deste capítulo: os aspectos problemáticos da negação e da incidência dos advérbios se esclarecem na medida em que enquadrarmos a oração em esquemas abstratos, que vão além da observação superficial das frases e apontam para o processo de produção das mesmas.

4

A significação das palavras

Fonte de oposições, relações e implícitos

Nos capítulos anteriores, perguntamo-nos que significação corresponde de maneira regular a certas construções gramaticais. Isto deve ter causado surpresa, pois é tradicional apontar-se como amostra privilegiada da investigação semântica a descrição do sentido de palavras, tal como é feita nos mais diferentes tipos de dicionários, mas nunca o estudo do sentido das construções gramaticais.

Neste capítulo, voltar-nos-emos para temas semânticos mais tradicionais: trataremos, entre outras, de noções como a sinonímia, a antonímia, a hiponímia ou a duplicidade de sentido. Afastar-nos-emos, contudo, do tipo de tratamento que essas noções costumam receber: por um lado, procuraremos vincular essas noções, que dizem respeito a palavras, com outras como as de paráfrase, contradição, consequência e ambigüidade, que dizem respeito a frases completas; por outro lado, mostraremos que, além de descrever relações de sentido entre *palavras*, servem com frequência para reconhecer relações de sentido entre *construções gramaticais* ou mesmo efeitos de sentido originados no contexto.